

TUDO-O-TERRENO

Noutro planeta

A segurança e a guerra estão hoje dependentes da tecnologia de satélite — para guiar mísseis, comunicar entre unidades e detectar alvos. E nenhum país ancorou tanto doutrina e prática militares na tecnologia espacial como os EUA. A superioridade americana é esmagadora: Washington gasta 15 mil milhões de euros por ano em tecnologia militar espacial (a Europa, 550 milhões), isto é, 90 por cento do total global. A USAir Force e o Pentágono há anos que investem em projectos



ANA GOMES

que potenciam a colocação de armas no espaço. E agora admitem vir a concretizá-lo, invocando fins não apenas defensivos. Ouvi-o confirmado numa audição com parlamentares de todo o mundo no Congresso americano, em Setembro, por responsáveis da Força Aérea, peritos e congressistas como Curt Weldon, vice-presidente da Comissão de Forças Armadas. É por isso que a subcomissão de Defesa e Segurança do Parlamento Europeu, de que sou membro, vai também começar a discutir este tema.

Porque o espaço pertence-nos a todos. O Tratado do Espaço, de 1967, é explícito na proibição da colocação de armas de destruição maciça (ADM) no espaço — embora seja omissivo quanto a muitos passos que a possibilitam — e consagra que **«a exploração e uso do espaço devem ser levados a cabo para o bem e no interesse de todas as nações, independentemente do seu nível de desenvolvimento económico e científico; o espaço pertence a toda a humanidade»**.

Para o espaço nos EUA preparam-se defesas contra mísseis intercontinentais, estruturas capazes de lançar barras de tungsténio e titânio sobre a Terra (como pequenas bombas nucleares) e satélites armados de lasers para atacar satélites **«inimigos»**. Serão projectos só concretizáveis a médio ou longo prazo, dependentes de avanços tecnológicos e dotações orçamentais astronómicas — e neste ponto reside uma principal razão para a relutância de muitos no Congresso e noutros ramos das Forças Armadas americanas (adivinhando o sacrifício dos seus orçamentos).

Mas uma directiva da Casa Branca que viesse agora declarar o espaço livre para uma corrida ao armamento abriria um novo capítulo na história: doravante, não haveria esfera da presença humana que não estivesse submetida à lógica implacável da escalada militar. A Europa, a Rússia e a China têm reiterado apoio ao «statu quo», estabelecido na Guerra Fria, que exclui o espaço de disputas militares. Não cuidam apenas de respeitar o direito internacional: é a posição que melhor corresponde aos seus interesses e aos interesses de todos. Trata-se, acima de tudo, de evitar que a militarização do espaço ponha em perigo os satélites tão importantes para o funcionamento das sociedades modernas.

Que país é então visto hoje nos EUA como potencial ameaça, maior do que a extinta União Soviética? É preciso reconhecer que os recentes sucessos espaciais de Pequim e o aumento exponencial e a opacidade do orçamento militar chinês não são de molde a tranquilizar ninguém — e dão assim pretextos àqueles que pretendem «armar» o espaço.

Os EUA temem a China. Cabe à União Europeia (UE) sacudir o torpor que lhe tem tolhido a acção neste debate e insistir com Pequim na importância de mais transparência nos seus contactos militares com os EUA e com a Europa. Ao mesmo tempo, a UE deve, em colaboração com os sectores mais cépticos do Congresso americano, empreender uma campanha internacional salientando as consequências (estratégicas, financeiras e geopolíticas) nefastas de uma eventual militarização do espaço.

A submissão a imperativos tecnológicos e a obsessão de manter superioridade inigualável em todos os domínios militares esmagam quaisquer abordagens políticas, legais e multilaterais aos desafios estratégicos deste princípio de milénio. Numa era em que actores não estatais, conflitos assimétricos e, acima de tudo, a proliferação de ADM representam graves ameaças à segurança global, a colocação de armas no espaço revela obsessão anacrónica pela competição entre Estados e imperdoável menorização dos seus efeitos perversos. Que todos neste planeta pagaremos caro. ●

APELO DE JOSÉ SARAMAGO

Universidade pode curar 'doença da democracia'

O escritor português falou em Madrid da importância de educar para a cidadania e chamou ao actual sistema político «uma plutocracia»

EL MUNDO
Madrid

O escritor português José Saramago avisou em Madrid que a democracia está **«gravemente doente»** e fez um apelo à Universidade para que forme cidadãos críticos e conscientes da sua responsabilidade. Só assim se poderá recuperar o ideal democrático, que hoje — denunciou — permanece sequestrado pelo poder económico e financeiro.

Saramago, vencedor do Prémio Nobel da Literatura em 1998, falava na inauguração do Fórum Complutense 2005-2006, com uma conferência intitulada «Democracia e Universidade». Meia hora antes do início da mesma, o auditório da Universidade Complutense de Madrid estava repleto de público maioritariamente universitário. Os arremadores tiveram de permitir a ocupação das primeiras filas e das tribunas destinadas às autoridades.

Em tom tranquilo, sem tentar impor o seu discurso, Saramago começou a falar da importância do significado das palavras. **«O mal é quando as palavras são utilizadas, mas os seus conteúdos se corrompem»**, disse em referência ao que considera um uso equivocado da palavra educação.

«Quando falamos de educação, na realidade referimo-nos à instrução, que é a transmissão de conhecimentos. Portanto, os professores não podem educar, mas instruir», prosseguiu. Assim, a responsabilidade da educação devia recair nas famílias, que não contribuem para esta função porque **«vivemos numa sociedade equivocada, com famílias que não sabem educar»**.

O romancista considera que há uma grande carência de educação, que se reflecte na perversão do sistema democrático. **«No fundo, é uma crise to-**

tal, não é uma catástrofe, mas pode vir a sê-lo».

Saramago opinou sobre a reforma da educação universitária: **«Queixamo-nos dos problemas da Universidade, mas esta é a última etapa de uma aprendizagem. Não há solução para a Universidade sem solução para a educação básica e secundária»**.

A Universidade, que Saramago concebe como um **«lugar de debate e espírito crítico»**, deve compatibilizar, na sua opinião, a instrução à base de conhecimentos com a educação em cidadania, para que os estudantes possam contribuir para a análise do sistema democrático.

Voltando à importância do uso correcto da semântica das palavras, Saramago salientou que **«não há honestidade para chamar a democracia pelo seu nome: plutocracia»**. Como exemplo ilustrativo, referiu-se à influência que organismos como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, **«em que não votamos»**, têm nas decisões dos governos. Resumindo, tratar-se-ia de um sistema democrático, regido por um sistema que não o é. **«Não há maior esquizofrenia do que esta»**, assegurou.

Saramago acredita que os cidadãos se devem opor a esta situação, **«pelo menos como alimento da alma»**. **«Se pudesse, apagaria dos dicionários e das mentes o conceito de utopia»**, disse, pois **«não se deve acreditar na utopia, porque a única utopia viável é o dia de amanhã, quando devemos fazer cumprir os desejos de hoje»**.

O Prémio Nobel quis concluir com uma confissão de Umberto Eco: **«Tenho medo do futuro, pelo meu neto»**. Admitiu que partilha a impressão de Eco e assegurou que esse medo é fruto da má gestão dos problemas do presente.

Nessa encruzilhada, a responsabilidade que a Universidade tem de assumir é a formação de cidadãos **«com espírito crítico e conscientes das suas responsabilidades»**, concluiu. ●

ARTE CON

Portugueses mostram

UMA imagem viva e dinâmica da produção contemporânea portuguesa realizada a partir da década de 80 até os dias de hoje: é nessa tecla que bate o curador Alexandre Melo ao definir a mostra Portugal Novo, inaugurada a 15 de Outubro, na Estação Pinacoteca de São Paulo. **«Há uma tendência para se pensar a relação entre Brasil e Portugal pela óptica histórica. Mas há uma produção artística portuguesa diversificada, com peso mundial»**, diz Melo, que organiza pela segunda vez uma exposição no Brasil. Na 26.ª Bienal de São Paulo, no ano passado, trouxe, para representar o seu país, o trabalho conjunto de Rui Chafes e Vera Mantero.

Há de tudo na exposição que ocupa um andar inteiro da Estação Pinacoteca — pintura, escultura, vídeos, instalações — e também uma diversidade de gerações. São obras produzidas no período pós-revolução democrática (1974),

depois do trauma da repressão e libertação do regime salazarista. O primeiro núcleo abre com pinturas de Paula Rego. Nascida em 1935 — mas vivendo em Londres desde a década de 70 —, pode-se dizer que tem uma carreira de cerca de 50 anos. As suas pinturas são figurativas e fortes, de traços e personagens brutos, e nelas está sempre presente a figura da mulher ao lado de elementos recorrentes, como animais e objectos, muitos deles brinquedos. **«Há uma carga sexual, mas não explícita. São tensões humanas»**, descreve Alexandre Melo.

A figura feminina também está presente nas pinturas de Julião Sarmento (na verdade, quase como uma obsessão) — um dos portugueses mais internacionais, apresentado na mostra através de três fases da sua carreira. Numa obra da década de 80, com texturas e simbolizando quase um muro, está também a mulher com um animal simbolizando o dese-